

A DISTINÇÃO MODAL ENTRE PROPOSIÇÕES NECESSÁRIAS E CONTINGENTES

Kaique de Faria Magnani (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Patrícia Coradim Sita (Orientadora), e-mail: magnanikaique@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, PR.

Área: Filosofia. Subárea: História da Filosofia

Palavras-chave: Necessidade, Contingência, Verdade

Resumo

Na história da filosofia a distinção entre contingência e necessidade é um tema recorrente. Estes conceitos aparecem em discussões filosóficas fundamentais, tais como as relativas às noções de verdade, de liberdade e da própria existência. Neste texto abordaremos, de um ponto de vista mais lógico do que metafísico, a particular distinção defendida por Leibniz entre os termos necessidade e contingência. Trataremos também dos problemas que o autor encontra buscando investigar essa distinção.

Introdução

Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) é um importante matemático e filósofo alemão do século XVII e um grande defensor do racionalismo e do inatismo, ao lado de outros conhecidos filósofos modernos como Descartes e Espinosa. O tema deste trabalho parte da distinção modal entre as verdades necessárias e as verdades contingentes. Uma verdade necessária é aquela que não admite a possibilidade de haver uma proposição verdadeira cujo conteúdo esteja diretamente em oposição a ela. Nesse sentido, uma proposição afirmativa verdadeira é necessária quando sua negação implica em uma contradição. Por exemplo, a proposição “dois mais dois é igual a quatro” veicula uma verdade necessária, pois sua negação “dois mais dois não é igual a quatro” é contraditória, pois expressa uma impossibilidade. Por outro lado, uma verdade contingente não exclui a possibilidade de que haja uma proposição oposta, ou seja, uma proposição afirmativa contingente permite a possibilidade lógica de sua negação, assim, dizemos que a proposição “Pedro negou Cristo” ordena uma verdade contingente, pois a sua oposta não é absolutamente contraditório, uma vez que poderia haver circunstâncias concebíveis em que Pedro não tivesse negado Cristo, sendo, por conseguinte, admissível que a proposição “Pedro não negou Cristo” fosse considerada verdadeira.

Leibniz preocupou-se em examinar essa noção de verdade e, principalmente, a distinção que é aceita entre tipos de verdade. Ele defende

que é preciso aceitar uma noção geral de verdade, e propõe que verdadeira é a proposição cujo predicado está contido no sujeito. Para o filósofo, se há algo como uma proposição *verdadeira*, não faz sentido defender que ela possa vir a ser falsificada, ou que haja alguma circunstância que a invalide, como pode ser o caso das contingências.

Revisão de Literatura

A pesquisa filosófica é feita a partir do levantamento e das análises dos escritos dos próprios filósofos. As principais referências para a investigação das relações entre a contingência e a necessidade em Leibniz parte dos livros **Discurso de Metafísica** (1686) e **Monadologia** (1714). Além de fornecer uma análise bastante rigorosa dessa relação, o autor contempla nessas obras as bases da sua metafísica instituída sob o pano de fundo da lógica. A partir das questões colocadas por Leibniz nessas obras fomos dirigidos a outros livros do mesmo autor, e procuramos analisar artigos de outros autores relacionados com as teorias da verdade na modernidade para melhor compreensão do tema.

Resultados e Discussão

Leibniz reconhece que eliminar a contingência do mundo implica em uma defesa do determinismo, ou na defesa de algum tipo de necessitarismo. E ele sabe quais são as consequências desse tipo de proposta: a eliminação da liberdade. Por um lado, aceitar a tese do determinismo na natureza parece bastante defensável desde que foram admitidas leis universais e imutáveis regentes da natureza (como as leis do movimento). Por outro lado, entretanto, esse determinismo, quando imposto à humanidade, implica na eliminação das liberdades individuais, e Leibniz definitivamente não está inclinado a renunciar à liberdade humana.

Para resolver esse dilema é que ele se dedica ao exame detalhado da própria ideia da verdade e encontra, na lógica, uma saída para garantir que haja uma distinção entre a necessidade e a contingência ao mesmo tempo em que defende a liberdade dentro de um mundo ordenado desde o seu princípio por uma razão soberana.

Entende-se que uma proposição logicamente necessária é pertencente a um ser de essência e é demonstrada pela análise de termos – sujeito e predicado, antecedente e consequente – das próprias proposições, por exemplo: se em uma dada proposição do tipo “A é B” se prova que B está contido em A, então podemos dizer que a proposição é verdadeira. Nesse sentido Leibniz funda a natureza da verdade, uma vez que B, o predicado, qualifica e identifica o sujeito A. Isso é chamado de proposição analítica e se caracteriza por conter uma identidade explícita, exemplo: “Um triângulo tem três lados”. Extraímos daí a consequência de que o juízo analítico e a noção de verdade leibniziana é “logicamente necessária” e, desse modo, sua negação implica uma contradição.

Se na proposição verdadeira o predicado está necessariamente contido no sujeito, como é possível uma proposição não ser, senão, necessária? Entretanto, parece ser esse o caso das proposições contingentes, o predicado não está necessariamente contido no sujeito. “Cesar atravessou o Rubicão” é exemplo de uma proposição contingente. Não é necessário que o predicado aconteça, e nem é característica essencial de Cesar ter atravessado o Rubicão, ou seja, o predicado “atravessar o Rubicão” não é necessariamente atribuído ao sujeito Cesar. Quando Leibniz diz: “[...] acredito ter resolvido um enigma que me deixou embaraçado por muito tempo, pois não compreendia como um predicado podia estar contido no sujeito, sem que a proposição se tornasse necessária” (LEIBNIZ, 1988, p. 341), ele está fazendo referência ao fato do predicado estar contido *in esse* no sujeito. Segundo o filósofo, embora as proposições contingentes se apresentem como não necessárias, todos os predicados definidores de um sujeito precisam estar contidos na sua noção completa. São os predicados que definem quem são os sujeitos, e eles não poderiam, de fato, ser diferentes do que efetivamente são. Portanto, para solucionar a questão da compatibilidade entre predicados não analíticos e seus sujeitos e, fazendo isso, explicar a conjunção entre o determinismo e contingência, o filósofo apela para a análise infinita. “Cesar atravessou o Rubicão” é contingente simplesmente porque não podemos demonstrar em um número finito de passos que “atravessar o Rubicão” pertence à noção de “Cesar”: essa demonstração exigiria uma análise dos infinitos estados internos de Cesar que o levaram a atravessar o Rubicão. A solução leibniziana depende, portanto, de um entendimento de como o infinito se exprime no pensamento e de como todos os sujeitos são o resultado das suas próprias escolhas potencialmente infinitas. Desse modo o filósofo consegue mostrar que os predicados contingentes poderiam, logicamente, ser tratados como necessários, através do recurso à análise infinita.

Conclusões

Após o apelo de Leibniz à análise infinita o filósofo propõe que toda proposição contingente se estende ao infinito, desse modo o valor de verdade desta proposição jamais pode ser demonstrado. Assim, uma proposição contingente pode ser afirmada, se for falsa, ou negada, se for verdadeira, sem que venha surgir qualquer contradição. Dito isso, Leibniz fornece um esboço da distinção entre verdades necessárias e verdades contingentes: “As verdades necessárias são aquelas que podem ser remontadas a identidades, ou aquelas cujos opostos podem ser remontados a contraditórios.” (LEIBNIZ, 1988, p. 220) e “É contingente e verdadeiro aquilo cuja resolução exige ser continuada ao infinito. É contingente e falso, ao contrário, o que não pode ser demonstrar a falsidade senão pelo fato de que sua falsidade não se deixa demonstrar.” (LEIBNIZ, 1988, p. 221).

Essa caracterização feita por Leibniz da distinção modal com base na análise se mostra clara e coerente, bastaria detectar se a análise das verdades implicaria ou não um número infinito de passos. Alguns

comentadores discutem a distinção feita por Leibniz acerca das verdades, problematizando suas conclusões. Destacamos uma objeção muito importante elaborada pelo Benson Mates, o qual possui um livro de título **A filosofia de Leibniz: Metafísica e Linguagem** (1986). Nele, Mates apresenta alguns problemas com a distinção entre necessidade e contingência tal como abordada por Leibniz e investiga suas consequências.

A contingência, apesar de permitir a contradição, tem um papel importante no mundo, parece-me que podemos pensar a contingência como uma necessidade e, assim, ela se explica no infinito. Acredito que Leibniz discorre sobre isso no seu princípio de continuidade, mas isso pode ser examinado em outro trabalho.

Agradecimentos

Agradeço imensamente à minha orientadora e professora Patrícia Coradim Sita, agradeço principalmente pela sua paciência e ajuda. Agradeço também a minha namorada que diretamente e indiretamente me ajudou muito.

Referências

LEIBNIZ, G. W. **A Monadologia. Discursos de Metafísica. Da Origem Primeira das Coisas**. Trad. D.L. Mattos. Mariconda, L. J. Baraúna, M.S. Chauí. São Paulo: Abril Cultura. v. I, (Col. Os pensadores). 1979.

LEIBNIZ, G. W. Generales inquisitiones de analysinotionum et veritatum. In: **Opuscules et fragments inédits**. Édités par Louis Couturat. Paris: Félix Alcan, 1903. (Reédités Hildesheim-Zürich-New York, 1988).

LEIBNIZ, G. W. **Sistema novo da natureza e da comunicação das substâncias**. Trad. Edgar Marques. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

MATES, B. **The Philosophy of Leibniz: Metaphysics and Language**. New York: Oxford University Press, 1986.

MOREIRA, V de C. **Contingência e análise infinita: estudo sobre o lugar do princípio de continuidade na filosofia de Leibniz**. Tese (doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2001.